



## Microcrédito: origens, pobreza e exclusão bancária no Brasil

Sandro Georges Helal<sup>1\*</sup> e Marina Silva da Cunha<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Faculdade Astorga, Rua Bahia, s/n, 86730-000, Astorga, Paraná, Brasil. <sup>2</sup>Departamento de Economia, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, Paraná, Brasil. \*Autor para correspondência. E-mail: ekkonomista@gmail.com

**RESUMO.** Esse trabalho apresenta aspectos conceituais e históricos acerca do microcrédito. Uma vez que os mercados de crédito são imperfeitos, com falhas de mercado e racionamento do crédito, limita-se o acesso dos mais pobres ao serviço bancário e à possibilidade desses de financiar uma atividade produtiva que os auxiliaria na superação da pobreza. Apesar do crescimento do microcrédito, críticos o acusam de não ser eficaz na obtenção desse propósito. No Brasil, os programas de microcrédito surgiram de iniciativas populares e de ações de política pública, especialmente com a introdução do Programa de Microcrédito Produtivo Orientado, em 2005. Esse trabalho constatou a dificuldade de acessar os serviços bancários em geral, problema conhecido como exclusão bancária. As pessoas mais pobres e isoladas são as que mais sofrem com esse problema, dada uma forte correlação entre a ausência de serviços bancários e a pobreza no Brasil. Destaca-se que o correspondente bancário não amenizou esse problema, pois, apesar de oferecer os serviços bancários essenciais, não está apto a fornecer o microcrédito.

**Palavras-chave:** microcrédito, pobreza e exclusão bancária.

### Microcredit: origins, poverty and banking exclusion in Brazil

**ABSTRACT.** This paper presents conceptual and historical aspects about microcredit. Given that, credit markets are imperfect with market failure and credit rationing, limiting the access of the poor. Despite the microfinance growth, critics accuse it of not being effective in overcoming poverty. In Brazil microcredit programs emerged from grassroots initiatives and actions of public policy, especially with the introduction of the Oriented Productive Microcredit Program, in 2005. This work found some difficulty on banking services access, in general, such problem is known as banking exclusion. The poorest and isolated people are those who are most affected, given a strong correlation between the absence of banking credit and poverty in Brazil. The correspondent bank did not solve this problem because, despite offering the most essential banking services they are not able to provide microcredit.

**Keywords:** microcredit, poverty and banking exclusion.

### Introdução

O microcrédito se constitui em uma ferramenta financeira criada para combater a pobreza. A falta de recursos para satisfazer as necessidades mais básicas de sobrevivência de uma pessoa é uma situação comum ao redor do mundo, aparecendo com maior evidência em países subdesenvolvidos. Segundo Prahalad (2010), uma parcela expressiva da população mundial espreme-se a cada dia tentando sobreviver com menos de dois dólares americanos<sup>1</sup>. Para Yunus (2010), são pessoas totalmente esquecidas pela sociedade e completamente inexistentes para o sistema financeiro tradicional, mas que revelam uma característica em comum: um empreendedorismo nato, forjado no instinto de sobrevivência diário.

Por outro lado, de acordo com a teoria econômica, o mercado de crédito é imperfeito. Schumpeter (1934) e Keynes (1937) trataram deste assunto afirmando a importância do sistema financeiro como catalizador da promoção do dinamismo econômico por meio do financiamento de processos produtivos inovadores. Gurley e Shaw (1960) verificaram que a atuação de instituições financeiras aumentou o potencial de crescimento da economia na medida em que permite a realização de investimentos. Goldsmith (1969) confirmou a influência dos intermediários financeiros sobre os resultados econômicos de 35 países em um período de mais de cem anos.

Baseados nesses estudos é que Shaw (1973) e McKinnon (1973) propõem a eliminação da 'repressão financeira', que seria a extinção de restrições no sistema financeiro, tanto para capitais nacionais como para estrangeiros. Com medidas de

<sup>1</sup> Segundo, Prahalad (2010), há aproximadamente quatro bilhões de pessoas pobres sobrevivendo diariamente com até esse valor.

estímulo à poupança, essa seria uma importante mola propulsora do crescimento econômico. Posteriormente, Stiglitz e Weiss (1981) introduzem a Teoria do Racionamento de Crédito, justificando as falhas de mercado. Assim, os bancos trabalhariam com taxas de juros que maximizam os seus retornos, excluindo projetos e clientes potenciais do mercado de crédito.

Paralelamente, são essas questões que despertaram o interesse de Yunus quanto à criação de uma instituição que concedesse crédito aos excluídos do sistema bancário tradicional. Em 1976, ele cria um banco exclusivo para fornecer o microcrédito em seu país, o Banco Grameen, uma referência no mundo em atendimento aos mais pobres. Entretanto, para muitos pesquisadores, como Karnani (2007) e Morduch e Roodman (2013), a geração de empregos é o que promoveria um impacto socioeconômico muito mais significativo à região carente do que o microcrédito; muito embora reconheçam neste último uma importante ferramenta para o alívio da pobreza.

No Brasil, o microcrédito ganhou força com a instituição da Lei do Terceiro Setor (Brasil, 1999), que definiu o funcionamento de organizações civis de interesse público e das sociedades de crédito ao microempreendedor e, posteriormente, com a Lei 11.110/2005 (Brasil, 2005), que instituiu o Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO. No país, a relação positiva entre a exclusão bancária e a pobreza foi observada por Crocco, Santos e Figueiredo (2013), ao constatarem uma forte relação entre a última e a ausência de agências ou do serviço bancário. Dessa maneira, o processo de exclusão bancária ocorreria por falta de acesso ou de serviços do mercado de crédito. A falta de acesso seria a ausência total ou parcial de uma agência bancária na localidade em que o indivíduo mora, impedindo, portanto, que este possa obter qualquer serviço por parte do sistema financeiro. A outra forma de exclusão conhecida seria a de serviços que ocorre quando a pessoa pobre, mesmo tendo acesso a uma agência bancária, descobre que não há produtos ou serviços disponíveis para a sua condição socioeconômica.

Dessa forma, Reymão (2010), Neri (2008) e Spolodor e Melo (2003) concordam que a assimetria de informações ocorre quando as partes envolvidas têm níveis de informação diferenciados para a mesma questão (empréstimo), criando espaço para oportunismos e vantagens pessoais. Nesse cenário, o entendimento dos agentes financeiros é de que as taxas de juros mais elevadas e a maior exigência de garantias afastam os projetos menos arriscados, que

não concordam em pagar taxas mais elevadas, e atraem, portanto, apenas os projetos de alto risco, proporcionando a situação conhecida como seleção adversa. Pelo lado dos tomadores de crédito, esses priorizam o financiamento dos projetos de alto risco, admitindo a possibilidade de não pagar os empréstimos. Levam em conta que, se o projeto tiver sucesso, se apropriarão de um ganho maior; caso contrário, o prejuízo será repartido pelos emprestadores. Isso ficou conhecido como risco moral, ou seja, o tomador de empréstimo pode agir de forma irresponsável não efetuando o pagamento no prazo devido. A ocorrência dessas circunstâncias ocasionadas pela assimetria de informações diminuiria a expectativa de lucro dos bancos, levando-os a trabalhar com crédito racionado.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo principal retratar as origens do microcrédito no mundo e o seu estabelecimento no Brasil, de modo a promover o acesso ao crédito para fins de geração de renda e oportunidades. Paralelo a esse objetivo, faz-se uma análise específica sobre o problema da exclusão bancária originada pela ausência de atendimento ou pela inexistência de serviços adequados aos mais pobres, os quais estão relacionados diretamente com a pobreza.

Esse artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. A primeira seção traz o problema das imperfeições no mercado de crédito. A segunda parte discute a importância do microcrédito como fator de desenvolvimento social, destacando o Banco Grameen de Bangladesh e o Banco ICICI da Índia. A terceira parte trata do desenvolvimento histórico e legal do microcrédito no Brasil. A última parte aborda o problema da exclusão bancária e seus reflexos nas condições de pobreza da população brasileira e as possíveis oportunidades dos correspondentes bancários.

#### As imperfeições do mercado de crédito

A importância do crédito e do financiamento bancário para a expansão e a transformação do capitalismo é essencial, de acordo com o pensamento de Schumpeter (1934). Para explicar a dinâmica do crescimento, o autor começa descrevendo uma economia estagnada, em que o fluxo de produção é perfeitamente estático e imutável e a acumulação de capital é nula. Dessa forma, basta que os meios de pagamento sejam fornecidos uma única vez para que circulem a uma velocidade constante, satisfazendo as necessidades de troca da economia. As inovações seriam o elemento necessário para interromper esse fluxo rotineiro descrito. Schumpeter defende ser

esse o principal papel dos bancos – o de financiador de inovações.

Keynes (1937) concorda com Schumpeter no que se refere ao papel dos bancos em adiantar recursos que ainda não existem e, nesse sentido, não depender da existência de ‘fundos ociosos’. Haveria, portanto, uma relação entre empréstimos concedidos pelos bancos e processo de inovação e crescimento econômico. Em suma, os bancos alterariam a taxa de inovação da economia e, conseqüentemente, do crescimento.

A partir dos anos 1960, surgiram estudos que procuraram retomar de forma mais profunda o papel dos bancos comerciais e de outros intermediários financeiros quanto a sua influência sobre o crescimento econômico. Gurley e Shaw (1960) analisaram como dívidas, ativos financeiros, instituições e políticas financeiras contribuem para o processo de formação de preço e do produto e como estes últimos são afetados por variações nos primeiros. Goldsmith (1969) explorou a relação empírica entre essas variáveis e mensurou o seu funcionamento. Ele analisou também como ocorrem mudanças nas estruturas financeiras à medida que os países se desenvolvem. Para isso o autor levantou dados de 35 países durante o período de 1860 a 1963 acerca do papel da intermediação financeira no desempenho econômicos desses países. Obteve como resultado que os países que mais prosperaram tiveram, evidentemente, maior movimentação em seus agentes financeiros.

Baseados nesses estudos é que Shaw (1973) e McKinnon (1973) propuseram a eliminação da ‘repressão financeira’, que seria a extinção de restrições no sistema financeiro, tanto para capitais nacionais como para estrangeiros. Também, deveriam ser tomadas medidas de estímulo à poupança, com destaque para aquelas de proteção ao ganho dos poupadores. Dessa maneira, eles vincularam diretamente a formação de poupança como importante propulsora do crescimento econômico. Essas ideias de Shaw e McKinnon resultaram na formulação de uma teoria que ficou conhecida como Modelo Shaw-McKinnon.

Por outro lado, esses resultados do modelo de Shaw-McKinnon foram contestados por Gerschenkron (1973) e por Zysman (1983) que, a partir de uma abordagem histórico-institucional, enfatizaram o papel de determinadas instituições, como bancos e dos mercados de capital na promoção do desenvolvimento econômico. Sendo assim, nos casos de industrialização tardia, o governo atuaria de forma a estimular o financiamento do desenvolvimento.

Posteriormente Stiglitz e Weiss (1981) introduziram a Teoria do Racionamento de Crédito, justificando as falhas de mercado. Por essa teoria, os bancos trabalhariam com taxas de juros ótimas, ou seja, as que maximizariam os seus retornos. Sendo assim, projetos menos arriscados ficariam de fora, bem como, clientes que estivessem dispostos a pagar mais para ter acesso ao serviço de crédito. Dessa forma, questões como assimetria de informações, seleção adversa e risco moral influenciariam diretamente a oferta de crédito. Essa situação permitiria a existência de falhas de mercado que não resultariam em eficiência econômica. Assim, Yunus (2010), em sua experiência de implantar o microcrédito em Bangladesh, esbarrou nessas falhas de mercado diante do sistema bancário tradicional, que não oferecia empréstimos aos mais pobres devido à ausência de coletarias que funcionassem como garantias para o pagamento dessas dívidas.

#### Origens e experiências

O microcrédito se popularizou a partir das duas últimas décadas do século XX, mas suas raízes se encontram na Europa do século XIX. Em 1846, surge o cooperativismo de crédito Raiffeisen na Alemanha para superar os efeitos de um rigoroso inverno (Pinheiro, 2006; Klein, 2008). Já no continente americano, a primeira experiência de microcrédito ocorre no Canadá, no ano de 1900, na província de Quebec, por influência de Gabriel Alphonse Desjardins que, indignado com as taxas de juros cobradas sobre os empréstimos a pessoas menos favorecidas de sua província, teve a iniciativa de criar uma associação para empréstimos e poupanças, estabelecendo uma cooperativa de crédito denominada *Caisse Populaire de Lévis* (Leroux, 2012).

Nos anos de 1970, Muhammad Yunus atuava como professor de economia na Universidade de Chittagong em Bangladesh. No caminho para a universidade, ele passava por Jobra, uma aldeia muito pobre, onde os seus moradores sobreviviam do trabalho no campo ou de atividades artesanais de baixíssima remuneração financiadas com dinheiro de agiotas que, por sua vez, extorquiam os rendimentos dos aldeões. Ao tomar conhecimento da dura realidade dos habitantes dessa aldeia, Yunus procurou ajudá-los a se livrarem dos agiotas emprestando do próprio bolso, a 42 pessoas, uma quantia inicial de 27 dólares. Para sua surpresa, em poucos dias recuperou o dinheiro, pois todos fizeram questão de lhe pagar. Motivado por esse retorno, ele vislumbrou que essa prática poderia beneficiar os pobres em seu país (Yunus, 2010).

Com tantas oposições dispensadas aos pobres pelo sistema bancário e por questões locais de cultura e religião que dificultavam ainda mais a vida das mulheres pobres, o professor tomou a decisão de iniciar um projeto de microcrédito que satisfizesse às reais necessidades da população miserável. Inovando dentro de uma sociedade tradicionalista, ele valorizou a figura da mulher como a agente central para o rompimento do círculo vicioso da pobreza.

Com essa visão é que surgiu a inquietação de se criar um banco que atendesse exclusivamente os mais pobres em suas necessidades específicas. Por isso, em 1976, Yunus concebeu o Banco Grameen. O nome Grameen significa, na língua local, 'rural' ou, mais propriamente, 'aldeia', conceito que abarca aqueles que vivem em pequenas comunidades. Em 1979, o Banco Central de Bangladesh percebeu a relevância de suas ideias e lhe prestou a ajuda necessária para a sua expansão pelo país. Em 1983, o Grameen tornou-se um banco independente. Posteriormente, o banco foi expandindo suas operações, fornecendo serviços de seguros, financiamentos de habitações populares e patrocinando serviços de telefonia móvel. Em 2011, Yunus deixou o cargo de direção do banco para dedicar-se a outras atividades de cunho social.

Para Yunus (2010) a melhor alternativa aos mais pobres viria do oferecimento de um colateral social, isto é, de um mecanismo de garantia baseado no capital social (confiança, apoio mútuo e solidariedade) a partir do qual os membros de um grupo se responsabilizariam solidariamente pelo pagamento dos empréstimos contraídos em caso de inadimplência. Por colateral, entende-se qualquer bem ou ativo que possa servir de garantia.

Colodeti (2011) e Reymão (2010) esclarecem melhor o que seria um colateral social afirmando que o microcrédito se baseia num tripé formado por grupos de autoajuda, crédito progressivo e agente de crédito. Nesses grupos, toma-se o empréstimo e todos os participantes são solidários pelo pagamento das prestações; contribuindo, assim, para despertar o sentimento do coletivo e de apoio mútuo entre os membros. Já o crédito progressivo funciona para o mutuário como um incentivo a quitar em dia as parcelas de seu empréstimo. Isso o deixa automaticamente habilitado a contrair um novo empréstimo de valor mais elevado. Da mesma maneira, o agente de crédito, além de oferecer empréstimos, atua como um acompanhante das aplicações realizadas pelo tomador, ora como conselheiro de investimentos, ora como fiscalizador. De uma maneira mais explícita, o tripé do colateral social funcionaria como um antídoto para a questão

da assimetria de informações, da seleção adversa e do risco moral.

Nos moldes do Banco Grameen, o Banco ICICI, segunda maior instituição bancária da Índia, enxergou o potencial de converter os mais pobres em clientes, conferindo-lhes poder e autonomia mediante microfinanciamentos que viessem a atender às suas necessidades específicas (Pralhad, 2010). A estrutura de funcionamento do microcrédito do Banco ICICI, desde o início, teve como foco principal a figura da mulher para a concessão dos microempréstimos. Assim, os grupos de autoajuda seriam compostos por 20 mulheres cada, todas residentes na mesma vila ou aldeia e que tivessem renda anual abaixo da linha da pobreza. Por meio desses grupos, busca-se conscientizá-las quanto a aquisição de novos hábitos, como aprender a poupar e saber gastar o dinheiro que lhes chega às mãos. Isso está plenamente de acordo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a PNUD (2008).

A viabilidade econômica do projeto de microcrédito do Banco ICICI viria da expansão exponencial dos grupos de autoajuda. Assim, com o passar do tempo, as mulheres que tivessem adquirido um determinado grau de maturidade e que apresentassem capacidade de liderança seriam convidadas a serem promotoras de novos grupos, de forma a expandir a rede de autoajuda, inclusive recebendo incentivos financeiros por isso (Pralhad, 2010; Markson & Hokenson, 2003).

Trazendo um novo olhar sobre as classes menos favorecidas, o pesquisador Pralhad (2010) introduziu o termo Base da Pirâmide - BP, para representar aquelas pessoas que estão vivendo na pobreza ou na extrema pobreza — na maioria dos países elas representam a maioria da população, que vive de empregos pouco remunerados, avulsos ou em situação semelhante à mendicância. Tratados como consumidores, essas pessoas obtêm respeito e direito de escolha, o que eleva sua autoestima e os incentiva sair da pobreza. Criar esse ambiente favorável permite que multinacionais possam firmar parcerias com esses novos microempreendedores da BP, por meio de práticas inovadoras de modo a permitir um desenvolvimento lucrativo para os mais pobres. Assim, as ideias de Pralhad convergem para o processo de transformação no qual a estrutura de pirâmide social vai sendo modificada para um formato de losango social. Se a sociedade está buscando o desenvolvimento e combatendo realmente os níveis reais de pobreza, essa mudança geométrica da estrutura social é o sinal claro e evidente de que as melhorias estão de fato acontecendo.

Algumas opiniões são favoráveis aos programas de microcrédito e o retratam como uma poderosa ferramenta auxiliar no combate à pobreza. No entanto, existem também opiniões contrárias, que verificam a realidade e apontam caminhos alternativos ao do microcrédito.

Um dos estudos mais relevantes sobre os impactos positivos causados pelo microcrédito em Bangladesh foi realizado por Pitt e Khandker (1998), em que foi analisado o comportamento de clientes do Banco Grameen e de dois outros programas<sup>2</sup> sediados em Bangladesh. A pesquisa buscava observar o impacto do microcrédito na vida do tomador, diferenciando-o por gênero. Os resultados apontaram que os microempréstimos realizados surtem um maior efeito na vida das famílias quando há mulheres participantes. Porém, esses dados foram contestados por Roodman (2012) e Morduch e Roodman (2013), que afirmaram que, apesar do aparente sucesso dos programas de microcrédito ao redor do mundo, estudos matemáticos rigorosos apontam que os resultados do microcrédito são mais complexos, sutis e difíceis de avaliar, uma vez que são programas de fontes variadas e nem sempre instituídos de forma oficial por algum governo, permitindo o levantamento de dados estatísticos para acompanhar de perto a evolução dos resultados dos programas. Ainda, os autores concluem que o único papel importante do microcrédito seria o de alívio da pobreza.

Nesta mesma linha de estudos, Karnani (2007) enfatizou que o problema não é o microcrédito em si, mas as microempresas. Na sua visão, os tomadores de microcrédito possuem baixo nível de competências e ausência de economias de escala. O resultado seria uma produtividade baixa e poucos rendimentos. A solução estaria, portanto, na criação de oportunidades de emprego, talvez por meio de investimentos empresariais de grande porte que criem um bom número de vagas de trabalho, associados à responsabilidade governamental na prestação de serviços públicos. Visão esta também compartilhada por Roodman e Morduch (2013), que acreditam que a geração de empregos e o assalariamento dessas pessoas trariam um efeito socioeconômico mais rápido que as operações de microcrédito e as ações do governo, ao suprirem as necessidades mais básicas, como água tratada, saúde e educação. Essas ações seriam fundamentais para o efeito de dispersão de riqueza entre os mais pobres.

Pitt e Khandker (2012) e Khandker e Samad (2014) respondem a esses argumentos. Não

obstante, verificaram todos os resultados de Pitt e Khandker (1998) e chegaram às mesmas conclusões anteriores, em que o crédito utilizado por mulheres tem efeitos significativos e positivos sobre o consumo das famílias, sobrepujando o consumo dos homens. Assim, os programas de microcrédito baseados em grupos de autoajuda teriam efeitos positivos na elevação do bem-estar familiar e no incremento de ativos patrimoniais.

### O microcrédito no Brasil

A primeira experiência documentada de microcrédito na América Latina e, por consequência, no Brasil, é conhecida como União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações - UNO. Criada em 1973, na cidade do Recife - PE, a UNO foi uma associação civil, sem fins lucrativos, que nasceu especializada em crédito e capacitação, atuando com fundos doados por uma associação de ONG's norte-americanas, em Recife, Pernambuco e Salvador, na Bahia. (Mayrink, 2009).

Outra experiência pioneira é a do Banco Palmas, que surgiu do esforço da Associação dos Moradores do Conjunto Palmeira, em Fortaleza. Outras contaram com o apoio de organismos internacionais, como é o caso do Banco da Mulher do Rio de Janeiro e da Rede Ceape de Ana Terra - RS, que tiveram a ajuda das ONGs *Women's World Banking* e da *Acción Internacional*, respectivamente. Destaca-se também a Vivacred do Rio de Janeiro, que obteve auxílio do BNDES e do BID, e a SP Confia de São Paulo, de sindicatos de trabalhadores e do Banco Santander. Entre os muitos programas de microcrédito, o de maior relevância é o CREDIAMIGO. Operando com microcrédito produtivo orientado, no regime de aval solidário, oferece aos empreendedores acompanhamento e orientação sobre gestão empresarial visando uma melhor aplicação do recurso e um maior retorno financeiro. Lançado em 1998, suas operações são geridas pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. - BNB (Daltro, 2010).

O Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO) foi instituído pela Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005 (Brasil, 2005). Seu intuito foi o de proporcionar a criação de trabalho e renda para os microempreendedores populares; ofertar recursos para o microcrédito produtivo orientado; e oferecer apoio técnico às instituições de microcrédito produtivo. As dotações de recursos para o programa estão firmadas no Fundo de Amparo do Trabalhador - FAT, e na parcela dos recursos dos depósitos à vista destinados ao microcrédito, de que trata o Art. 1º da Lei 10.735, de 11 de setembro de 2003 (Brasil, 2003), que

<sup>2</sup> Bangladesh Rural Advancement Committee - BRAC e Bangladesh Rural Development Board's - BRDB.

estabeleceu o recolhimento por parte das instituições bancárias da fração de 2% de todos os depósitos à vista para uso exclusivo em operações de microcrédito. Os recursos do FAT são distribuídos pelos operadores oficiais definidos nessa lei: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia e o BNDES. Cabe ao CMN regulamentar a utilização dos recursos retirados dos depósitos e ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo do Trabalhador - CODEFAT, regulamentar o uso dos recursos que são destinados para o microcrédito a partir do FAT.

Em relação ao microcrédito, mais especificamente o caso do CREDIAMIGO do BNB, foi possível verificar que o acesso e a participação em algum produto do sistema bancário permitem que as pessoas pobres possam progredir em relação ao seu estado de pobreza inicial, segundo o estudo de caso realizado por Soares, Barreto e Azevedo (2011), que utilizou dados do programa CREDIAMIGO no período de 1998 a 2006. A partir deste estudo, verificou-se que velocidade de saída da situação de pobreza entre os clientes do CREDIAMIGO foi bastante elevada.

Soares, Barreto e Azevedo (2011) afirmam que a pobreza pode ser superada com a formalização de um sistema financeiro voltado para o atendimento de pessoas que dispõem de pouco ou nenhum recurso, oferecendo-lhes condição mínima de oportunizar uma saída de suas condições precárias de vida. Dessa forma, na próxima seção, busca-se analisar mais especificamente a exclusão bancária no Brasil e a sua relação com a pobreza em cada região do país.

#### Exclusão bancária no Brasil e sua relação com a pobreza

O microcrédito avançou da condição de pequenos programas locais, que atendiam necessidades específicas, para um projeto de dimensão nacional, transformando-se, no caso brasileiro, em política pública que busca amenizar as imperfeições do mercado de crédito. É perceptível, porém, que as condições de pobreza não foram eliminadas. Contribui para isso, de acordo com Crocco, Santos e Figueiredo (2013), o processo de exclusão bancária que ocorre por falta de acesso ou de serviços do mercado de crédito.

A falta de acesso seria a ausência total ou parcial de uma agência bancária na localidade em que o indivíduo mora bem como a escassez de serviços, que ocorre quando uma pessoa pobre, mesmo tendo acesso a uma agência bancária, descobre que não há produtos ou serviços disponíveis para a sua condição socioeconômica. Assim, seguindo o procedimento adotado por Crocco, Santos e Figueiredo (2013),

verifica-se que há forte correlação entre a pobreza e a exclusão bancária no Brasil, no período que vai de 1995 a 2008, sendo que os resultados sugerem que a exclusão financeira por acesso (Número de Agências – *per capita*) se correlaciona diretamente com a pobreza. Ou seja, ter acesso a uma agência bancária e poder conversar e se informar com um gerente é fundamental para a inclusão financeira e, consequentemente, social.

Nesta seção são analisados alguns indicadores sobre a exclusão bancária. A intenção é a de observar as relações que se desenvolveram entre os níveis de pobreza e a prestação de serviços bancários no Brasil para o período de tempo compreendido entre o advento do Plano Real, em 1994, até o ano de 2015. A Tabela 1 mostra algumas informações sobre as variações ocorridas no Brasil quanto às mudanças nos quantitativos de agências bancárias, domicílios pobres, população regional, número de municípios e municípios sem atendimento. Essas informações contribuem para uma melhor compreensão dos movimentos ocorridos na situação de exclusão bancária. No período pós-Real houve um aumento expressivo do número de agências bancárias em todo o país em 31,7%; em 1998, eram 17.400 agências e, em 2013, esse número chegou a 22.918. A região Norte foi a mais expressiva nesse aumento, dobrando o número de agências, seguida pela região Nordeste, que passou de 2.360 agências em 1998 para 3.609 em 2013.

**Tabela 1.** Variações em agências bancárias, domicílios pobres e municípios, Brasil<sup>3</sup>.

Região	Ag. Bancárias - $\Delta\%$ -1998-2013	Domicílios Pobres - $\Delta\%$ -1998-2013	Municípios - $\Delta\%$ -1994-2015	População - $\Delta\%$ -1996-2010	Municípios sem Ag. Bancárias - $\Delta\%$ -1998-2013
Centro-Oeste	51,7	- 55,0	16,8	34,0	634,0
Norte	100,0	34,0	7,4	41,0	- 8,0
Nordeste	52,9	- 29,0	7,7	19,0	35,0
Sul	29,6	- 62,0	2,1	16,0	207,0
Sudeste	41,0	- 44,0	9,4	20,0	200,0
Brasil	31,7	-34,6	11,5	21,4	74,9

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do IPEADATA e BACEN (2016).

Já a variação do número de domicílios pobres no país foi relevante, apresentando queda de 34,6%, passando de 11.073.954, em 1998, para 7.236.926, em 2013. Paradoxalmente, o número de municípios sem atendimento bancário aumentou consideravelmente para todo o Brasil. Esse aumento foi de 74,9%; em 1998, havia 1.137 municípios sem atendimento, enquanto em 2013 esse número chegou a 1.989. A região que presenciou com

<sup>3</sup> Nota do autor: devido a não regularidade de dados exclusivos sobre microcrédito no Brasil, a tabela foi composta aproveitando dados de forma seccionada.

maior intensidade essa ocorrência foi a Centro-Oeste, com uma variação de 634%. Em 1994, a região contava com 23 municípios sem agência, já em 2015 somavam 169. Uma das explicações prováveis seria a criação de novos municípios, que muitas vezes não dispõem de uma infraestrutura adequada para abrigar uma agência bancária ou correspondentes bancários que prestam os serviços essenciais de uma agência, como recebimentos e depósitos, sem necessariamente ser um banco. Quanto à queda do número de domicílios pobres, a intensificação de programas sociais mantidos pelo governo federal, como os de renda mínima condicionados à manutenção de crianças na escola, e a de programas de saúde e vacinação foi fundamental para a redução da pobreza.

Partindo do entendimento de que os indivíduos possam ser desbancarizados ou sub-bancarizados, pode-se dizer que a exclusão financeira tenha duas dimensões. A primeira relaciona-se à 'desbancarização', que seria a falta de acesso a uma agência bancária ou a exclusão financeira por acesso. A segunda dimensão, relativa à 'sub-bancarização', considera que embora o indivíduo tenha acesso ao sistema bancário (ou seja, possui conta bancária), este é limitado. Para o escopo deste trabalho foram considerados que Depósitos à Vista e Poupança são os serviços bancários mais simples disponíveis para os denominados sub-bancarizados. Já as contas Depósito a Prazo e Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) mostram o acesso a serviços financeiros mais sofisticados e, teoricamente, menos disponíveis para esse perfil de clientes<sup>4</sup>.

Inicialmente, a respeito da desbancarização, na Tabela 2, que mostra a relação da proporção de agências bancárias para cada grupo de 100.000 habitantes, é perceptível uma grande diferença entre o Sul e o Sudeste, comparando-se ao Norte e ao Nordeste. Entre 1998 e 2010, esses números pouco se alteraram; no Sul houve uma leve redução da proporção de agências bancárias, enquanto no Sudeste ocorreu um crescimento suave. Ademais, nota-se que no Norte e Nordeste o crescimento foi baixo.

Também é possível conhecer o quantitativo de municípios no Brasil que não possuem agências

bancárias. Destaca-se que, entre 1994 e 2015, o número de municípios constantes nos registros do Banco Central passou de 5.011 para 5.588, um crescimento de 11,5%.

**Tabela 2.** Análise da desbancarização no Brasil, 1998 a 2015<sup>5</sup>.

Região	Número de agências bancárias por grupo de 100.00 hab.		Municípios sem agências bancárias, %.		Número de agências por grupo de 100.000 domicílios pobres	
	1998	2010	1994	2015	1998	2013
Centro-Oeste	11,43	10,76	5,50	34,80	2,02	4,53
Norte	4,89	5,24	52,50	44,90	0,80	1,04
Nordeste	5,27	5,33	39,10	49,10	0,44	0,74
Sul	14,30	13,84	10,50	26,80	2,47	5,62
Sudeste	12,73	13,50	9,10	25,10	2,81	5,34

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do IPEADATA e BACEN (2016).

Segundo esses mesmos registros, para igual período, o número de municípios sem atendimento passou de 1.137, em 1994, para 1.989, em setembro de 2015, uma variação de mais de 75%, muito maior que o crescimento do número de municípios, como já apresentado na Tabela 1.

A região em que houve a maior perda de atendimento bancário foi a Centro-Oeste que, em 1994, contava com apenas 23 municípios sem atendimento bancário; já em 2015 esse número chegou a 169. Uma das causas pode ser a expansão do número de municípios nessa região em 16,8%. Por sua vez, Sul, Sudeste e o Nordeste tiveram perdas de agências bancárias. Ademais, a região Norte foi a única a apresentar redução no número de municípios sem atendimento, passando de 220 em 1994, para 202 em 2015.

Quanto à proporção de agências bancárias para cada grupo de 100.000 domicílios pobres é possível verificar melhorias em todas as regiões. Porém, os melhores resultados são observados no Sul e Sudeste. As regiões Norte e Nordeste continuaram a apresentar as menores proporções de agências bancárias entre os domicílios pobres.

A partir da Tabela 3, utilizando os mesmos critérios de Crocco, Santos e Figueiredo (2013), é possível caracterizar a 'sub-bancarização' no país e em termos regionais. Assim, a partir da proporção de acesso a serviços mais sofisticados em relação ao acesso a serviços básicos. O primeiro indicador é dado pelos depósitos a prazo dividido pelos depósitos à vista, que capta como o sistema bancário é capaz de transformar seus Depósitos à Vista (produto menos sofisticado) em Depósitos a Prazo (produto mais sofisticado). Quanto maior este indicador, melhor a adequação dos produtos bancários às características da população da região e

<sup>4</sup> De início, tem-se o número de agências a cada 100.000 habitantes, em que quanto maior este indicador, menor a exclusão financeira por acesso. Outro indicador é dado pelo percentual de municípios, por região, que não contavam com agência bancária no ano em questão, em que, quanto maior este indicador, maior a não-bancarização. Por fim, pode-se observar a proporção da população excluída, ou seja, a proporção de agências bancárias para cada grupo de 100.000 domicílios pobres em cada região do país.

<sup>5</sup> Nota do autor: devido a não regularidade de dados exclusivos sobre microcrédito no Brasil, a tabela foi composta aproveitando dados de forma seccionada.

menor a exclusão financeira por acesso ou sub-bancarização desta. O segundo indicador capta a mesma dimensão do anterior, porém, para mensurar os serviços sofisticados é utilizado o total de IOF arrecadado na região. Assim, esse indicador é calculado dividindo o IOF pelos Depósitos à Vista, em que, quanto menor seu valor, maior é a exclusão financeira por acesso. Por sua vez, o terceiro indicador é dado pela divisão dos depósitos em Poupança pelo Depósito à Vista. Isso indica a capacidade do sistema bancário em transformar o produto mais básico que se oferece, os Depósitos à Vista, na sua aplicação menos sofisticada, a Caderneta de Poupança.

Em relação ao processo de sub-bancarização, na Tabela 3, a relação de Depósitos a Prazo sobre Depósitos à Vista se mostrou menor em 2014 em relação ao ano de 1995, para todas as regiões. Este fato se deve à estabilidade econômica, que diminuiu a necessidade de aplicações financeiras para preservação do valor da moeda ou, então, o crescimento econômico a taxas mais moderadas que diminuiram o excedente de recursos aplicáveis na mão do público.

De forma geral, os resultados sugerem indicadores maiores para o Sul e Sudeste do que para o Norte e o Nordeste. Isso significa que as agências localizadas em regiões mais desenvolvidas forneceram aos seus clientes serviços bancários mais sofisticados.

**Tabela 3.** Indicadores de sub-bancarização no Brasil, 1995-2014<sup>6</sup>.

Região	Depósito a prazo sobre depósitos à vista.		IOF sobre depósito à vista, %.		Depósito em Poupança sobre depósito à vista.	
	1995	2014	1997	2014	1995	2014
Centro-Oeste	4,26	3,49	0,23	0,20	2,24	2,07
Norte	2,50	2,35	0,18	0,13	2,50	2,35
Nordeste	4,20	3,23	0,39	0,17	3,80	4,10
Sul	9,02	4,48	0,33	0,44	5,50	3,60
Sudeste	5,98	4,29	0,26	0,31	5,85	4,40

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do IPEADATA e BACEN (2016).

Por sua vez, observando a exclusão financeira por meio da variável IOF – Imposto sobre Operações Financeiras sobre os depósitos à vista —, a discrepância regional é mais perceptível entre as regiões mais desenvolvidas e as menos desenvolvidas. Isso é compreensível pelo fato de no Brasil haver uma rede bancária nacional, com poucos variantes regionais, o que homogeneiza produtos e serviços em todo o território nacional, ignorando as diferenças sociais, econômicas e culturais de cada região. Ainda na Tabela 3 pode ser vista a relação entre depósitos em poupança sobre os

depósitos à vista. A caderneta de poupança é a aplicação a prazo mais popular do Brasil, pela sua simplicidade e fácil compreensão, e, quando comparada com o volume de depósitos à vista, tem-se um indicador que quanto maior menor seria a sub-bancarização. Esses são os dois produtos bancários mais básicos e o que se espera é que apresentem os maiores valores para as regiões menos desenvolvidas.

Verifica-se que os valores decresceram para todas as regiões excetuando a Nordeste. Pode-se entender que essa redução se deve, primeiramente, à mudança de paradigma no cenário econômico brasileiro, entre 1994 a 2006, saindo de um ambiente hiperinflacionário para um de estabilização de preços; a poupança que era utilizada para a preservação do valor da moeda torna-se desinteressante. No segundo momento, a partir de 2007, a retomada do crescimento da poupança pode ser creditada às melhores condições de vida das populações mais pobres, notadamente para a região Nordeste, alvo de muitas políticas sociais do governo federal. Buscando relacionar o indicador de pobreza com os de exclusão bancária, na Tabela 4 se pode observar a correlação ( $r$ ) entre esses indicadores. Verifica-se que os resultados estatisticamente significativos para a correlação da pobreza com a exclusão financeira, para cada região, estão de acordo com o esperado.

Observa-se que há uma forte correlação entre o número de agências bancárias e o número de domicílios pobres para quatro regiões, excetuando a Norte. A correlação da pobreza com os demais indicadores de exclusão financeira não foram estatisticamente significativos. De acordo com os dados apresentados na Tabela 3, há uma forte correlação negativa entre o número de agências bancárias e o número de domicílios pobres para quatro regiões, excetuando a região Norte. Os demais indicadores de exclusão financeira, em geral, mostraram uma fraca correlação com o indicador de pobreza. Isso ocorre por não haver agência bancária disponível aos mais pobres, conseqüentemente não há a oferta de tais produtos e serviços ou, ainda, de outros que viessem a contribuir para a redução da desigualdade social dessas populações. No estudo de Crocco, Santos e Figueiredo (2013), os resultados sugerem que a exclusão financeira por acesso se correlaciona diretamente com a pobreza. Ressaltam ainda que ter acesso a uma agência bancária e poder conversar e se informar com um gerente é fundamental para a inclusão financeira e, portanto, para que o indivíduo tenha acesso a serviços bancários que possam vir a reduzir a sua exclusão social, como, por exemplo, no caso de acesso ao crédito. Além disso, este indicador é o que apresentou o maior coeficiente de correlação entre os analisados, semelhantemente ao encontrado no presente estudo.

<sup>6</sup>Nota do autor: devido a não regularidade de dados exclusivos sobre microcrédito no Brasil, a tabela foi composta aproveitando dados de forma seccionada.

**Tabela 4.** Índices de correlação de pobreza e exclusão financeira, Brasil 1995- 2013.

Indicador	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sudeste		Sul	
	r	t	r	t	r	t	r	t	r	t
IOF/DV	-0,59	-2,83*	-0,07	-0,27	0,22	0,87	0,03	0,12	0,27	1,09
DP/DV	-0,87	-6,83**	-0,18	-0,71	0,22	0,87	-0,27	-1,09	-0,24	-0,96
PP/DV	-0,88	-7,18**	-0,35	-1,45	-0,09	-0,35	0,08	0,31	0,30	1,22
Observações	17		17	-	17	-	17	-	17	-
AG/D. POBRES	-0,01	-0,03	-0,92	-7,79**	-0,91	-7,28**	-0,89	-6,47**	-0,95	10,09**
Observações	13		13		13		13		13	

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Bacen e IPEADATA (2016); \*Estatisticamente significativa a 5%. \*\*Estatisticamente significativa a 1%

Um novo comportamento no atendimento bancário que se manifestou nos últimos anos e tem promovido à ampliação do acesso a serviços financeiros são os correspondentes bancários<sup>7</sup>. Tal fenômeno pode ter influenciado os resultados da Tabela 3, uma vez que ele substituiu a abertura de novas agências por pontos de atendimentos que oferecem serviços básicos em locais como farmácias, minimercados, lotéricas e outros, não sendo, portanto, contabilizados nas estatísticas como agências bancárias. As justificativas para o crescimento deste tipo de serviço, que substituiu a abertura de agências bancárias, são esclarecidas por Loureiro (2011), Diniz (2010) e Messias, Ono e Palmisano (2015) que argumentam que o custo de abertura de um correspondente é baixo e ele é economicamente viável com um fluxo menor de serviços e com uma menor lucratividade, o que possibilita a atuação em regiões sem escala suficiente para abertura de uma agência. O resultado do uso intensivo de tecnologia de informação no setor bancário brasileiro possibilitou a instalação de pontos de serviço em estabelecimentos parceiros, tais como supermercados, farmácias, casas lotéricas, agências do correio, entre outros. Entretanto, há a falta de interação entre os serviços de microcrédito e os correspondentes bancários, não funcionando como distribuidores do microcrédito, concentrando-se apenas em recebimento de contas e pequenos depósitos, o que não contribui para aumentar o seu papel de inclusão social. Evidentemente, a maneira como os serviços bancários são oferecidos nos correspondentes bancários necessita de um aprimoramento quanto à oferta de crédito.

### Considerações finais

O microcrédito se mostrou uma ferramenta inclusiva e importante quando a questão é amenizar e até superar os efeitos da pobreza. Muhammad Yunus e o seu Banco Grameen mostraram ao mundo que atender aos mais pobres seria, antes de

mais nada, um negócio lucrativo. Os benefícios sociais de tal prática vêm a reboque: as pessoas participantes sentem-se mais confiantes e dispostas a assumirem novas atitudes diante de suas vidas, passam a sentir que são capazes de promover mudanças positivas no seu trabalho e nas suas famílias. Posteriormente, C. K. Prahalad teoriza essa vertente de incluir os mais pobres no mercado consumidor ao alertar o mundo empresarial de que a continuidade do capitalismo está no atendimento e na inclusão das pessoas que ocupam, como ele classificou, a Base da Pirâmide. No Brasil, o microcrédito, após evoluir por meio de iniciativas da própria sociedade, em 2005, passou a figurar como uma política de Estado - Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005 -, obrigando o sistema bancário nacional, público e privado, a destinarem recursos para essa modalidade de concessão de crédito. Por sua vez, apesar do caráter benéfico dessa lei, o microcrédito encontra barreiras na própria estrutura do sistema financeiro como, por exemplo, a ausência de agências bancárias em muitas localidades; o que expõem um outro problema que ficou conhecido como exclusão bancária. De toda forma, não se pode negar que o microcrédito auxilia as pessoas mais pobres, que a ele recorrem, a melhorarem suas condições de vida.

O caminho percorrido pelo microcrédito foi marcado por diversas iniciativas ao longo do tempo e em vários lugares. O ponto culminante dessas iniciativas ocorreu com o professor Muhammad Yunus, de Bangladesh, quando este iniciou um trabalho com as pessoas carentes vizinhas à universidade em que lecionava. Este trabalho resultou naquele que veio a ser o maior programa de microcrédito do mundo, o Banco Grameen.

Foi possível observar que o mercado de crédito é caracterizado pela teoria econômica por sua imperfeição, acarretando falhas de mercado e a necessidade de colaterais para os clientes que não se enquadram no perfil padrão de atendimento. Isso leva ao desperdício de potenciais projetos e empreendimentos que podem gerar renda e emprego. Esse ambiente adverso propiciou o surgimento das práticas do microcrédito para atender essa parcela da população excluída do sistema financeiro.

<sup>7</sup> De acordo com Loureiro (2011), a autorização legal para o funcionamento de correspondentes bancários no Brasil foi dada no ano 2000, através das resoluções 2.640 e 2.707 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Naquele ano já começaram a funcionar mais de 20 mil correspondentes que, em 2008, já somavam mais de 130 mil em todo o país.

O Banco Grameen se destacou nesse quesito quando ofereceu sua modalidade de empréstimos a juros fixos ao ano; sendo estes feitos para grupos de aval solidário, no qual cada membro se torna responsável pelo pagamento das parcelas de algum dos integrantes, caso um deles venha a se tornar inadimplente. Na mesma linha de pensamento, C. K. Prahalad verificou que a sobrevivência do dinamismo da economia capitalista dependeria cada vez mais de dar oportunidades às camadas mais pobres da sociedade, conhecidas como base da pirâmide. Críticas e questionamentos a esses programas também foram levantadas na literatura acerca do tema, que afirmaram que medidas mais direcionadas pelo setor público, como fornecimento de água tratada, infraestrutura em geral e investimentos em geração de empregos seriam medidas mais eficientes para a redução da pobreza.

As experiências brasileiras ocorreram concomitantemente às internacionais, primeiramente por iniciativas particulares e localizadas. Contudo, o microcrédito ganhou maior ímpeto com a promulgação da lei que regulamentou o funcionamento do terceiro setor, em 1999, e, posteriormente, a instituição do PNMPO, em 2005, transformando-o em uma política pública.

Pode-se dizer que o serviço bancário é importante para a superação da pobreza devido ao maior acesso ao mercado de crédito com mais agências disponíveis e serviços ajustados às necessidades dos mais pobres. No caso brasileiro, a pesquisa mostrou que há uma forte correlação entre o número de agências bancárias disponíveis e o número de domicílios pobres em quatro das cinco regiões. Assim, a falta de acesso a uma agência e a produtos e serviços adequados às pessoas de baixa renda são relevantes para a saída dessa população da pobreza.

Apesar disso, houve a expansão de serviços bancários, ocorrida mais pela introdução dos correspondentes bancários do que pela abertura de novas agências. O correspondente bancário substituiu em grande parte as funções de uma agência bancária, sem ser propriamente uma, promovendo a inclusão bancária de forma diferenciada do modelo tradicional. Todavia, ainda não há uma interação plausível entre correspondentes bancários e a oferta de microcrédito, o que poderia potencializar o desenvolvimento desse setor.

Evidentemente, muito ainda há de ser feito para que o microcrédito possa atingir mais pessoas e ser mais eficiente na redução da pobreza. Melhorias nos prazos de concessão e taxas de juros menores seriam fundamentais, com uma operacionalização mais simplificada e modalidades específicas para pessoas abaixo da linha de pobreza. Operações cruzadas do governo e da iniciativa privada também poderiam criar

oportunidades de redução da pobreza, como uma política educacional mais efetiva por parte do Estado e a comercialização pelas grandes empresas de produtos e serviços adequados às populações mais carentes, como versões popularizadas de seus produtos mais renomados que poderiam ser oferecidos em embalagens de menor quantidade e preço; ou, ainda, no caso de serviços, como um plano de saúde com um certo nível de ociosidade que vendesse planos mais baratos para preencher o tempo de trabalho de seus profissionais.

## Referências

- Banco Central do Brasil [BACEN]. (2016). *Boletim do Banco Central do Brasil – Relatórios 1994 a 2015*. Recuperado em <http://www.bcb.gov.br/?BOLETIMANO>
- Brasil (2003). Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003. Dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Incentivo à Implementação de Projetos de Interesse Social - PIPS, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Brasil (2005). Lei nº 11.110 de 25 de abril de 2005. Institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO e altera dispositivos da Lei no 8.029, de 12 de abril de 1990, que dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração pública federal; da Lei no 9.311, de 24 de outubro de 1996, que institui a Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira - CPMF; da Lei no 9.872, de 23 de novembro de 1999, que cria o Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda - FUNPROGER; da Lei no 10.194, de 14 de fevereiro de 2001, que dispõe sobre a instituição de Sociedades de Crédito ao Microempreendedor; e da Lei no 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos a vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Brasil. (1999). Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Colodeti, V. P. (2011). *Microcrédito: uma política social de redução da pobreza?* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES.
- Crocco, M. A., Santos, F., & Figueiredo, A. (2013). Exclusão financeira no Brasil: uma análise exploratória. *Revista de Economia Política*, 33(3), 505-526.
- Daltro, H. S. (2010). *Sustentabilidade do microcrédito: uma análise da experiência do BANESE*. (Dissertação de

- Mestrado). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE.
- Diniz, E. H. (2010). Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil: tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. *GV Pesquisa – relatório 04/2010 – EAESP/FGV*. São Paulo, SP: FGV.
- Gerschenkron, A. (1962). *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University.
- Goldsmith, R. W. (1969). *Financial structure and development*. New Haven, CT: Yale University Press.
- Gurley, J. G., & Shaw, S. (1955). Financial aspects of economic development. *The American Economic Review*, 45(4), 515-538.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada [IPEADATA]. (2016). *Macroeconômico, Regional e Social. Dados Estatísticos*. Recuperado em <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>
- Karnani, A. (2007). Employment, not microcredit, is the solution. *Ross School of Business*. (Policy research working paper series, 1065). Michigan, MI: University of Michigan.
- Keynes, J. M. (1937). Alternative theories of the rate of interest. *Economic Journal*, 47(186), 241-252.
- Khandker, S. R., & Samad, H. A. (2014). *Dynamic effects of microcredit in Bangladesh*. (Policy research working paper, World Bank, 6821). Washington, DC: World Bank Group.
- Klein, M. (2008). The cooperative work of friedrich wilhelm raiffeisen and its christian roots. *Neukirchen-Vluyn, 1999*, 1(Spec. ed.), 4-16.
- Leroux, M. F. (2012). *Alphonse Desjardins: le pouvoir d'agir Citations sur la pertinence du modèle coopératif*. Québec, CA: Les Éditions Dorimène.
- Loureiro, E. R. (2011). *Expansão dos correspondentes bancários no Brasil: uma análise empírica*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.
- Markson, T. J., & Hokenson, M. (2003). ICICI Bank, innovation in finance. *Released*. Michigan, MI: Michigan Business School.
- Mayrink, R. D. D. (2009). *O impacto do microcrédito sobre a renda e o emprego em Belo Horizonte*. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Pedro Leopoldo, Pedro Leopoldo, MG.
- McKinnon, R. I. (1973). *Money and capital in economic development*. Washington, D.C.: Brookings Institutions.
- Messias, J. F., Ono, M. Y., & Palmisano, Â. (2015). A expansão dos correspondentes bancários: análise sobre o retorno financeiro e instrumento de inclusão social. *Revista Inovação Tecnológica*, 5(1), 106-122.
- Morduch, J., & Roodman, D. (2013) *The impact of microcredit on the poor in Bangladesh: revisiting the evidence*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Neri, M. C. (2008). *Microcrédito, o mistério nordestino e o Grameen brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Vargas.
- Pinheiro, M. A. H. (2006). *Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil*. Brasília, DF: BCB.
- Pitt, M. M., & Khandker, S. R. (1998). The impact of group-based credit programs on poor households in Bangladesh: does the gender of participants matter? *Journal of Political Economy*, 106(5), 958-996.
- Pitt, M. M., & Khandker, S. R. (2012). *Replicating replication due diligence in Roodman and Morduch's replication of Pitt and Khandker (1998)*. (Working Paper 6273). Washington, DC.: The World Bank.
- Prahalad, C. K. (2010). *A riqueza na base da pirâmide: como erradicar a pobreza com o lucro*. Porto Alegre, RS: Bookman.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento [PNUD]. (2008, julho). *Criando Valores para Todos: Estratégias para Fazer Negócios com os Pobres*. Nova Iorque, NY: United Nations.
- Reymão, A. E. N. (2010). *O capital social dos pobres garante seu acesso ao crédito? Um estudo comparado de experiência de microcrédito no Brasil e no Chile*. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, DF.
- Roodman, D. (2012). *Due diligence: an inquiry in to microfinance*. Washington, DC: Center for Global Development.
- Schumpeter, J. A. (1934). *The theory of economic development: an inquiry into profits, capital, credit, interest and the business cycle*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Shaw, E. S. (1973). *Financial deepening in economic development*. Nova York, NY: Oxford University Press.
- Soares, R. B., Barreto, F. A., & Azevedo, M. T. (2011). Condicionantes da saída da pobreza com o microcrédito: o caso dos clientes do CREDIAMIGO. *Estudos Econômicos*, 41(1), 119-142.
- Spolodor, H. F. S., & Melo, F. H. (2003). O mercado de crédito e a experiência brasileira de financiamento da agricultura. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 41(3), 9-28.
- Stiglitz, J. E., & WEISS, A. (1981) .Credit rationing in markets with imperfect information. *The American Economic Review*, 71(3), 393-410.
- Yunus, M. (2010). *O banqueiro dos pobres, com Alan Jolis*. São Paulo, SP: Editora Ática.
- Zysman, J. (1983). *Governments, markets, and growth: financial systems and the politics of industrial change*. Nova York, NY: Cornell University Press.

Received on September 5, 2016.

Accepted on September 25, 2017.

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.